

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras da Santander Securities (Brasil) Corretora de Valores Mobiliários S.A., relativas aos períodos findos em 30 de junho de 2011 e 2010, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes.

Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

São Paulo, agosto de 2011

A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO							
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado							
	Nota	2011	2010		Nota	2011	2010
Ativo Circulante		67.223	63.223	Passivo Circulante		4.357	11.853
Disponibilidades	10.c	59	30	Outras Obrigações		4.357	11.853
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	10.c	65.995	62.444	Fiscais e Previdenciárias	7	3.713	11.724
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		65.995	62.444	Diversas		644	129
Outros Créditos		1.213	749	Passivo Exigível a Longo Prazo		11.175	919
Créditos Tributários	5	962	544	Outras Obrigações		11.175	919
Diversos	6	251	205	Fiscais e Previdenciárias	7	11.039	907
Ativo Realizável a Longo Prazo		21.965	19.240	Diversas		136	12
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	10.c	16.989	15.340	Patrimônio Líquido	9	73.704	69.695
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		16.989	15.340	Capital Social:			
Outros Créditos		4.976	3.900	De Domiciliados no País		59.994	59.994
Créditos Tributários	5	730	377	Reservas de Lucros		13.710	9.701
Diversos	6	4.246	3.523	Total do Passivo		89.236	82.467
Permanente		4	4				
Investimentos		4	4				
Outros Investimentos		4	4				
Total do Ativo		89.236	82.467				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO									
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado									
	Nota	Capital Social	Aumento de Capital	Reservas de Capital	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Total	
					Reserva Legal	Reservas Estatutárias			
Saldos em 31 de Dezembro de 2009		42.063	-	17.931	3.928	3.872	-	67.794	
Aumento de Capital	9.a	-	17.931	(17.931)	-	-	-	-	
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	1.901	1.901	
Destinações:									
Reserva Legal		-	-	-	95	-	(95)	-	
Reserva para Equalização de Dividendos	9.c	-	-	-	-	903	(903)	-	
Reserva para Reforço de Capital de Giro	9.c	-	-	-	-	903	(903)	-	
Saldos em 30 de Junho de 2010		42.063	17.931	-	4.023	5.678	-	69.695	
Saldos em 31 de Dezembro de 2010		59.994	-	-	4.133	7.735	-	71.862	
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	1.842	1.842	
Destinações:									
Reserva Legal		-	-	-	92	-	(92)	-	
Reserva para Equalização de Dividendos	9.c	-	-	-	-	875	(875)	-	
Reserva para Reforço de Capital de Giro	9.c	-	-	-	-	875	(875)	-	
Saldos em 30 de Junho de 2011		59.994	-	-	4.225	9.485	-	73.704	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional

A Santander Securities (Brasil) Corretora de Valores Mobiliários S.A. (Santander Securities), controlada pela CRV Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (CRV DTVM) (atual denominação social da Companhia Santander de Valores - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários), tem por objeto social a realização de todas as operações permitidas pelas disposições legais e regulamentares às sociedades da espécie, atuando na: intermediação de operações em bolsa de valores e mercadorias, nos mercados à vista, de opções, a termo e futuro; compra, venda e distribuição de títulos e valores mobiliários por conta própria ou de terceiros; formação e gestão, como líder ou participante, de consórcios para lançamento público "underwriting" e administração de fundos. A instituição tem suas operações conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Santander Securities, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif). Não foram adotadas nos balanços as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), relacionadas ao processo de convergência contábil internacional, ainda não recepcionadas pelo Bacen.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas. As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Santander, que inclui a empresa Santander Securities, com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB) do período findo em 30 de junho de 2011, estão disponíveis no endereço eletrônico www.santander.com.br/rfi.

3. Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

b) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

d) Permanente - Outros Investimentos

Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor de mercado, quando aplicável.

e) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

e.1) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

e.2) Passivos Contingentes

São reconhecidos contabilmente com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos, quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

e.3) Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

São processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

f) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% e a CSLL à alíquota de 15%, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, a expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na nota 5.b, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

g) Avaliação do Valor Recuperável

Os ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

Foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os saldos representados por disponibilidades.

5. Créditos Tributários

a) Natureza e Origem dos Créditos Tributários

	Saldo em 31/12/2010	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2011
Provisão para Contingências Fiscais	1.105	281	(6)	1.380
Outras Provisões Temporárias	60	265	(13)	312
Saldo dos Créditos				
Tributários/Registrados	1.165	546	(19)	1.692
Circulante	669			962
Longo Prazo	496			730

	Saldo em 31/12/2009	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2010
Provisão para Contingências Fiscais	594	353	(82)	865
Outras Provisões Temporárias	64	-	(8)	56
Saldo dos Créditos Tributários/Registrados	658	353	(90)	921
Circulante	527			544
Longo Prazo	131			377
b) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários				2011

Ano	Diferenças Temporárias		Total
	IRPJ	CSLL	
2011	643	241	884
2012	97	59	156
2015	43	25	68
2016 a 2018	365	219	584
Total	1.148	544	1.692

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

c) Valor Presente dos Créditos Tributários

O valor presente total dos créditos tributários é de R\$1.426 (2010 - R\$760), calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias e a taxa média de captação, projetada para os períodos correspondentes.

6. Outros Créditos - Diversos

	2011	2010
Devedores por Depósitos em Garantia		
Para Interposição de Recursos Fiscais	4.246	3.523
Impostos e Contribuições a Compensar	251	205
Total	4.497	3.728
Circulante	251	205
Longo Prazo	4.246	3.523

7. Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias compreendem os impostos e contribuições a recolher e valores questionados em processos judiciais e administrativos.

	2011	2010
Provisão para Riscos Fiscais (Nota 8.b)	13.328	11.545
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	1.424	1.086
Total	14.752	12.631
Circulante	3.713	11.724
Longo Prazo	11.039	907

8. Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

A Santander Securities é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de êxito com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. A Santander Securities tem por política provisionar integralmente o valor das ações cuja avaliação é de perda provável.

As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

A Administração da Santander Securities entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais.

a) Ativos Contingentes

Em 2011 e 2010, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Movimentação dos Passivos Contingentes e Obrigações Legais

	Fiscais	2011	2010
Saldo Inicial	12.387	10.965	
Constituição Líquida de Reversão ⁽¹⁾	941	599	
Baixas por Pagamentos	-	(19)	
Saldo Final	13.328	11.545	
Depósitos em Garantia - Outros Créditos ⁽²⁾	1.402	1.118	

⁽¹⁾ Contemplam as constituições de impostos contingenciados e de obrigações legais do período, contabilizados em despesas tributárias, outras operacionais e IR e CSLL.

⁽²⁾ Não contempla os depósitos em garantia para as contingências possíveis e/ou remotas e depósitos recursais.

c) Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

O principal processo judicial e administrativo relacionado a obrigações tributárias e previdenciárias é:

PIS e Cofins - R\$2.289 (2010 - R\$1.724): interpôs medida judicial com vistas a afastar a redação do art. 3, §1, da Lei 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e da Cofins para que incidissem sobre todas as pessoas jurídicas. Antes da referida norma, já afastada em decisões do Supremo Tribunal Federal, eram tributadas apenas as receitas de prestação de serviços e de venda de mercadorias.

d) Contingências Fiscais

São valores disputados em processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias, classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda provável e provisionados contabilmente. O principal tema discutido nesse processo é:

Desmutualização de Ações - R\$9.317 (2010 - R\$8.693): visa a não incidência do IRPJ e da CSLL dos valores correspondentes à atualização dos títulos patrimoniais convertidos em ações, visto que não representa acréscimo patrimonial, mas de mera permuta. Os processos administrativos e judicial aguardam julgamento.

DIRETORIA

Diretor Vice-Presidente

Luciano Ortiz de Camargo

Contador

Fabio Ribeiro - CRC - ISP 17471/O-4

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da Santander Securities (Brasil) Corretora de Valores Mobiliários S.A. São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Santander Securities (Brasil) Corretora de Valores Mobiliários S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2011 e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base

em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração da Sociedade, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO				
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado				
	Nota	2011	2010	
Receitas da Intermediação Financeira		4.412	3.183	
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	10.c	4.412	3.183	
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		4.412	3.183	
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(1.420)	(265)	
Outras Despesas Administrativas		(801)	(154)	
Despesas Tributárias		(305)	(227)	
Outras Receitas Operacionais	11	128	343	
Outras Despesas Operacionais	11	(442)	(227)	
Resultado Operacional		2.992	2.918	
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		2.992	2.918	
Imposto de Renda e Contribuição Social	12	(1.150)	(1.017)	
Provisão para Imposto de Renda		(1.044)	(795)	
Provisão para Contribuição Social		(633)	(485)	
Ativo Fiscal Diferido		527	263	
Lucro Líquido		1.842	1.901	
Nº de Ações (Mil)	9.a	421.508		